

BANCO CNH INDUSTRIAL CAPITAL S.A.

CNPJ 02.992.446/0001-75

Av. Juscelino Kubitschek de Oliveira, nº 11.825

Curitiba - PR - Brasil

Fone: (0xx41) 2107-7035

Fax: (0xx41) 2107-7540



RELATÓRIO DA ADMINISTRAÇÃO

A Administração do Banco CNH Industrial Capital S.A., em conformidade com as disposições legais e estatutárias, submete à apreciação de V. Sas. as Demonstrações Financeiras referentes ao segundo semestre de 2017, acompanhadas do Relatório dos Auditores Independentes.

GERENCIAMENTO DE RISCOS

O Banco CNH Industrial Capital S.A. tem como missão a promoção de financiamentos que fomentem a venda de máquinas, equipamentos e veículos comerciais produzidos pelas empresas do grupo CNH Industrial e de acordo com suas políticas de crédito.

O Banco CNH Industrial Capital S.A., em atendimento às exigências das Resoluções do Conselho Monetário Nacional, de números 4.327, 3.380, 3.464, 3.721, 3.988, 4.090 do CMN, e Circular nº 3.678 do Banco Central do Brasil, implementou, após a aprovação pelo Board, as políticas institucionais e as estruturas de gerenciamento de riscos. Vale ressaltar que o Banco está em processo de adequação à Resolução nº 4.557/2017 que trata do gerenciamento integrado de riscos, cujo prazo para implantação é 23/02/18. Mais informações sobre o gerenciamento de riscos e capital, inclusive quanto ao Adicional de Capital Princiapl (ACP) e Razão de Alavancagem (RA), podem ser consultadas no site: www.cnhindustrialcapital.com

A seguir, descrevemos um resumo de cada estrutura de risco:

A) Risco Socioambiental - Atendendo à Resolução nº 4.327 do CMN, o Banco CNH Industrial Capital S.A. estabeleceu e o Conselho de Administração aprovou a Política de Responsabilidade Socioambiental contendo as diretrizes que norteiam as ações de natureza socioambiental nos negócios e na relação da Instituição com suas partes interessadas. A política baseia-se nos princípios de proporcionalidade com a natureza da Instituição, a complexidade das atividades, e considera também o grau de exposição ao risco socioambiental de suas atividades e operações. A estrutura de Governança da PRSA é composta por: a) Diretoria e Conselho de Administração; b) Comitê de Responsabilidade Socioambiental; c) Diretor responsável pela PRSA; e d) Área de gestão da PRSA.

B) Risco Operacional - Dentro dos princípios da Resolução nº 3.380 de 29/06/2006 do CMN, o Banco CNH Industrial Capital S.A. tem definida uma política e estrutura de gerenciamento de Riscos Operacionais (RO) aprovada pelo Conselho de Administração. A estrutura de RO consiste em: a) um comitê de Riscos Operacionais composto pela Diretoria, pelos responsáveis pela gestão de RO e pelos gestores de áreas operacionais; e b) uma área de gestão de RO que se subordina diretamente ao responsável por Controles Internos, ligada à Presidência. A estrutura formalizada na política prevê atendimento aos procedimentos para identificação, avaliação, monitoramento, controle, mitigação e comunicações relacionados a RO e prevê os papéis e responsabilidades dos órgãos que participam dessa estrutura.

Atendendo ainda ao Acordo de Basileia II, o Banco CNH Industrial Capital S.A. vem gerenciando seus riscos, utilizando a abordagem básica na utilização de alocação de capital.

C) Risco de Mercado - Em conformidade com a Resolução CMN nº 3.464, o Banco CNH Industrial Capital S.A. define como risco de mercado a possibilidade de ocorrências de perdas resultantes de flutuações no mercado de posições detidas pelo Banco.

A Estrutura de Gerenciamento do Risco de Mercado controla a variação do valor de mercado das posições mantidas pelo Banco e identifica, avalia, monitora e controla os riscos associados às perdas decorrentes da flutuação nos valores de mercado das posições detidas pelo Banco CNH Industrial Capital S.A.

As questões relacionadas ao Risco de Mercado são tratadas no Comitê de *Funding* o qual se reúne periodicamente e delibera sobre os assuntos pertinentes à: Captação, Risco de Mercado e Risco de Liquidez.

O atual modelo de negócio do Banco CNH Industrial Capital S.A. não inclui nem prevê o uso de instrumentos / operações financeiras relacionadas a ações e/ou mercadorias (*commodities*). As operações de derivativos contratadas pelo Banco CNH Industrial Capital S.A. visam, exclusivamente, o *hedge* do descasamento de prazos e indexadores do balanço do Banco, conforme Política definida pela matriz do Grupo. As atribuições básicas na gestão de Risco de Mercado são: a) Monitorar e controlar a exposição a risco de mercado, conforme os limites estabelecidos nas políticas do Banco CNH Industrial Capital S.A.; b) Recomendar, quando aplicável, alterações às políticas de gestão de Risco de Mercado; c) Identificar previamente os riscos inerentes a novas atividades e produtos; e d) Realizar simulações de condições extremas de mercado.

D) Risco de Crédito - Em conformidade com a Resolução CMN nº 3.721, o Banco CNH Industrial Capital S.A. possui uma estrutura específica para a gestão do Risco de Crédito, a qual se reporta à Presidência e tem como missão, identificar, mitigar, controlar, mensurar e estimar as perdas associadas ao risco de crédito, através de um processo contínuo e evolutivo de mapeamento, aferição e diagnóstico dos modelos, instrumentos e processos vigentes, exigindo disciplina e controle nas análises das operações efetuadas, preservando a integridade e a independência dos processos. Faz parte da estrutura de gerenciamento do risco de crédito: a) equipe específica de *Credit Risk Management*; b) políticas de crédito alinhadas com as normas globais do Grupo; c) modelos (*scores*) para concessão e manutenção do crédito; e d) equipe *underwriting* especializada e alçadas diferenciadas para a avaliação de cada proposta.

Para o Banco CNH Industrial Capital S.A. é de suma importância minimizar o risco e, por consequência, manter as perdas de crédito em um nível aceitável. Para tanto, executamos periodicamente desenvolvimentos, processos, análises e controles sobre toda a nossa carteira de crédito, tanto para a carteira ativa quanto para novas concessões. Dessa forma, estamos adequados às exigências dos órgãos reguladores, garantindo assim a aderência às leis e regulamentos, com foco na Resolução nº 3.721 do Conselho Monetário Nacional.

E) Risco de Liquidez - Em conformidade com a Resolução CMN nº 4.090/2012, o Banco CNH Industrial Capital S.A. mantém uma estrutura de gestão de Risco de Liquidez, bem como níveis adequados e suficientes de liquidez compatíveis com a natureza de suas operações, a complexidade dos produtos e dimensão da sua exposição a esse risco. Para isso, define Risco de Liquidez como:

I. a possibilidade de a instituição não ser capaz de honrar eficientemente suas obrigações esperadas e inesperadas, correntes e futuras, inclusive as decorrentes de vinculação de garantias, sem afetar suas operações diárias e sem incorrer em perdas significativas; e

II. a possibilidade de a instituição não conseguir negociar a preço de mercado uma posição, devido ao seu tamanho elevado em relação ao volume normalmente transacionado ou em razão de alguma descontinuidade no mercado.

Relativamente ao Índice de Basileia, as instituições financeiras devem manter o patrimônio líquido compatível com o grau de risco da estrutura de seus ativos ponderados por fatores que variam de 0% a 300%.



Em 31 de dezembro de 2017, o índice de Basileia do Banco CNH Industrial Capital S.A. era de 17,34%, conforme demonstrativo de resumo de cálculo abaixo:

	Dezembro de 2017
Patrimônio de referência nível I	1.367.126,14
Capital principal	1.367.126,14
Patrimônio líquido	1.373.842,18
Ajustes prudenciais, conforme Resolução nº 4.192/13 do CMN	(6.716,04)
Redução dos ativos diferidos, conforme Resolução nº 4.192/13 do CMN	0,00
Redução dos ganhos / perdas de ajustes a valor de mercado em DPV e derivativos, conforme Resolução nº 4.192/13 do CMN (2)	0,00
Patrimônio de referência de Nível II	0,00
Soma dos ganhos / perdas de ajustes a valor de mercado em DPV e derivativos, conforme Resolução nº 4.192/13 do CMN (2)	0,00
Dívida subordinada (3)	0,00
Dedução dos instrumentos de captação, conforme Resolução nº 4.192/13 do CMN (2)	0,00
Patrimônio de referência (a)	1.367.126,14
Risco de crédito	7.158.076,03
Risco de mercado	29.244,65
Risco operacional	725.898,42
Ativo ponderado pelo risco - RWA (b) (4)	7.913.219,10
Patrimônio de referência exigido (RWA)	7.883.974,45
- Índice de Basileia	17,34%
- Índice de Basileia Amplo (inclui RBAN)	17,27%
Capital nível I	17,34%
Capital principal	17,34%
Capital nível II	0,00%
RAZÃO DE ALAVANCAGEM (RA)	17,24%
Margem (PR - PRE - RBAN)	637.858,50
Adicional de Capital Principal Mínimo (CPMínimo)	197.099,36
Margem para verificação do Adicional de Capital Principal	637.858,50
Adicional de Conservação de Capital Principal	98.549,68
Adicional de Contracíclico de Capital Principal	98.549,68
Adicional de Sistema de Capital Principal	0,00
Margem sobre o Adicional de Capital Principal	440.759,14
Percentual de Restrição	0,00%
Margem Patrimônio de Referência - Rban	411.514,50

A) GERENCIAMENTO DE CAPITAL - Em conformidade com a Resolução CMN nº 3.988, o Banco CNH Industrial Capital S.A. possui estrutura para o gerenciamento de capital para: a) monitorar e controlar o capital mantido pela Instituição; b) avaliar as necessidades de capital, considerando riscos inerentes às atividades da Instituição; e c) planejar as metas e a necessidade de capital, conforme objetivos estratégicos da Instituição.

As áreas responsáveis e envolvidas no acompanhamento e monitoramento dos itens inerentes à política e ao processo de Gerenciamento de Capital estão a seguir descritos: a) Diretoria Financeira: Responsável pelos processos e controles relativos à estrutura de Gerenciamento de Capital; b) FP&A: Responsável pela elaboração de projeções de Resultado e Balanço, seguindo as diretrizes estabelecidas pelo Banco, abrangendo o horizonte mínimo de três anos, bem como sua atualização anual; monitoramento e divulgação de impactos que possam alterar, significativamente, os cenários previamente estabelecidos, levantando possíveis riscos e/ou necessidade de revisão das estratégias contempladas no referido plano; d) Comitê de *Funding*: desenvolvido para discussões relacionadas ao processo de gerenciamento de Risco de Liquidez e de Mercado que envolve diretamente as áreas de Tesouraria, Presidência e Diretoria Financeira do Banco CNH Industrial Capital S.A. bem como a Fiat Chrysler Finanças, empresa do grupo FCA responsável por acompanhamentos macroeconômicos e de operações financeiras. Este Comitê será responsável também por promover discussões acerca do gerenciamento de capital, bem como aprovar e promover premissas relacionadas ao cenário-base e ao teste de stress.

OUVIDORIA - No que tange ao Direito do Consumidor, o Banco CNH Industrial Capital S.A., atendendo ao disposto na Resolução nº 4.433, do Conselho Monetário Nacional, implantou sua Ouvidoria, que tem como função ser canal de comunicação entre o Banco e seus clientes, buscando solucionar as questões não resolvidas em outros canais da Instituição, inclusive na mediação de conflitos, bem como propor à Diretoria medidas corretivas ou de aprimoramento de procedimentos e rotinas, em decorrência da análise das reclamações recebidas.

DESEMPENHO ECONÔMICO-FINANCEIRO - O Banco CNH Industrial Capital S.A. tem suas operações voltadas ao financiamento para aquisição de produtos da CNH Industrial. Dentro desse cenário, 59,52% do total do portfólio corresponde a operações do segmento agrícola, 7,90% ao segmento de construção e 7,52% ao segmento de veículos. O Banco CNH Industrial Capital S.A. também opera com o financiamento de estoque de concessionários, o que corresponde a 25,06% do portfólio.

Considerando a característica dos produtos financiados, a utilização de linhas de crédito do BNDES, representa 68,03% do total de financiamentos da carteira.

O resultado do exercício registrou um lucro, após a dedução da provisão para o imposto de renda e contribuição social no valor de R\$ 212.137 mil, após o pagamento de mil ações.

A provisão para créditos de liquidação duvidosa é fundamentada na análise e classificação das operações em níveis de risco, sendo julgada, pela Administração, suficiente para a cobertura de eventuais perdas. Ao final do exercício, o saldo da provisão considerando honras e *offbook* era de R\$ 333.501 milhões representando 4,33% do valor da carteira de operações de crédito.

Curitiba, 02 de março de 2018. **A Diretoria**

BALANÇOS PATRIMONIAIS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2017 E DE 2016

(Valores expressos em milhares de reais, exceto quando indicado)

ATIVO	2017		2016		PASSIVO	2017		2016	
	Notas					Notas			
CIRCULANTE		4.162.056	3.693.984		CIRCULANTE		2.116.480	1.960.653	
Disponibilidades	4	247	161		Depósitos	9	391.166	285.012	
Aplicações interfinanceiras de liquidez	4 e 5	346.355	240.840		Depósitos interfinanceiros		240.083	129.424	
Aplicações no mercado aberto		245.806	240.840		Depósitos a prazo		151.083	155.588	
Aplicações em depósitos interfinanceiros		100.549	-		Recursos de aceites e emissão de títulos	10	55.359	266.037	
Títulos e valores mobiliários e instrumentos financeiros derivativos	21	14	1.257		Obrigações por emissão de letras de crédito do agronegócio		41.986	89.774	
Instrumentos financeiros derivativos		14	1.257		Obrigações por emissão de letras financeiras		13.373	176.263	
Operações de crédito	6.a	3.619.337	3.337.248		Obrigações por empréstimos e repasses	11	1.489.014	1.311.251	
Setor privado	6.c	3.833.084	3.577.623		Repasses do País - instituições oficiais		1.489.014	1.311.251	
Provisão para perdas em operações de crédito		(213.747)	(240.375)		Instrumentos financeiros derivativos	21	4.893	3.686	
Operações de arrendamento mercantil	6.b	(314)	(540)		Outras obrigações		176.048	94.667	
Operações de arrendamento a receber:					Cobrança e arrecadação de tributos e assemelhados		91	53	
Setor privado		11.821	18.749		Sociais e estatutárias		9.407	5.628	
Rendas a apropriar de arrendamento mercantil		(11.469)	(18.295)		Fiscais e previdenciárias	7.b	54.807	56.052	
Provisão para perdas em operações de arrendamento mercantil		(666)	(994)		Diversas	7.a	111.743	32.934	
Outros créditos		179.775	94.797						
Créditos por avais e fianças honrados	6.c	491	1.704						
Diversos	7.a	179.677	94.511						
Provisão para outros créditos de liquidação duvidosa	6.e	(393)	(1.418)						
Outros valores e bens		16.642	20.221						
Outros valores e bens		22.621	27.339						
Provisão para desvalorizações		(6.837)	(8.473)						
Despesas antecipadas		858	1.355						
REALIZÁVEL A LONGO PRAZO		3.904.331	3.644.004						
Títulos e valores mobiliários e instrumentos financeiros derivativos		-	38		EXIGÍVEL A LONGO PRAZO		4.438.612	4.048.593	
Instrumentos financeiros derivativos	21	-	38		Depósitos	9	512.822	555.205	
Operações de crédito	6.a	3.723.461	3.379.977		Depósitos a prazo		512.822	555.205	
Setor privado	6.c	3.840.999	3.540.247		Recursos de aceites e emissão de títulos	10	125.071	46.829	
Provisão para perdas em operações de crédito		(117.538)	(160.270)		Obrigações por emissão de letras de crédito do agronegócio		-	1.069	
Operações de arrendamento mercantil	6.b	(249)	(517)		Obrigações por emissão de letras financeiras		125.071	45.760	
Operações de arrendamento a receber:					Obrigações por empréstimos e repasses	11	3.749.431	3.387.601	
Setor privado		8.772	16.540		Repasses do País - instituições oficiais	21	3.749.431	3.387.601	
Rendas a apropriar de arrendamento mercantil		(8.772)	(16.540)		Instrumentos financeiros derivativos		112	838	
Provisão para perdas em operações de arrendamento mercantil		(249)	(517)		Outras obrigações		51.176	58.120	
Outros créditos		181.119	264.506		Fiscais e previdenciárias	7.b	4.809	33.214	
Créditos por avais e fianças honrados	6.c	-	99		Diversas	7.a	46.367	24.906	
Diversos	7.a	181.119	264.408						
Provisão para outros créditos de liquidação duvidosa	6.e	-	(1)						
PERMANENTE		46.023	62.005		RESULTADO DE EXERCÍCIOS FUTUROS		183.476	192.642	
Investimentos		5.591	627		Resultados de exercícios futuros	12	183.476	192.642	
Participações em coligadas e controladas		4.866	-						
Outros investimentos		1.232	1.134		PATRIMÔNIO LÍQUIDO	14	1.373.842	1.198.105	
Provisão para perdas		(507)	(507)		Capital - de domiciliados no exterior		934.137	885.597	
Imobilizado de uso		5.506	2.168		Capital - de domiciliados no País		6.314	5.986	
Outras imobilizações de uso		12.907	8.450		Reserva de capital		113.908	113.908	
Depreciações acumuladas		(7.401)	(6.282)		Reserva de lucros		321.036	194.386	
Imobilizado de arrendamento	8.a	26.140	44.017		Ajuste ao valor de mercado - títulos e valores mobiliários		(1.553)	(1.772)	
Bens arrendados		45.958	73.609						
Superveniência de depreciação		10.687	14.290						
Depreciações acumuladas		(30.717)	(43.882)						
Perdas em arrendamento a amortizar		212	-						
Diferido		-	2.146						
Gastos de organização e expansão		-	6.052						
Amortização acumulada		-	(3.906)						
Intangível	8.b	8.786	13.047						
Ativos intangíveis		30.342	29.136						
Amortização acumulada		(21.556)	(16.089)						
Total		8.112.410	7.399.993		Total		8.112.410	7.399.993	

BANCO CNH INDUSTRIAL CAPITAL S.A.

CNPJ 02.992.446/0001-75

Av. Juscelino Kubitschek de Oliveira, nº 11.825
Curitiba - PR - Brasil
Fone: (0xx41) 2107-7035
Fax: (0xx41) 2107-7540



DEMONSTRAÇÕES DOS RESULTADOS REFERENTES AOS EXERCÍCIOS FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2017 E DE 2016 E PARA O SEMESTRE FINDO EM 31 DE DEZEMBRO DE 2017
(Valores expressos em milhares de reais, exceto o lucro por lote de mil ações)

	Notas	2017		2016
		2º semestre	Exercício	Exercício
RECEITAS DA INTERMEDIÇÃO FINANCEIRA		455.730	881.974	816.166
Operações de crédito	6.a	425.652	814.631	690.357
Operações de arrendamento mercantil	6.b	10.006	21.380	33.991
Operações com títulos e valores mobiliários e aplicações interfinanceiras de liquidez	5	23.676	51.852	85.469
Resultado com instrumentos financeiros derivativos	21	(3.604)	(5.889)	(137)
Operações de venda ou de transferência de ativos financeiros		-	-	6.486
DESPESAS DA INTERMEDIÇÃO FINANCEIRA		(215.537)	(422.645)	(483.009)
Captações no mercado	9	(41.605)	(106.774)	(146.774)
Empréstimos, cessões e repasses	11	(99.300)	(181.401)	(121.427)
Operações de arrendamento mercantil	6.b	(7.887)	(16.797)	(27.508)
Provisão para perdas com créditos	6.f	(66.745)	(117.673)	(187.300)
RESULTADO BRUTO DA INTERMEDIÇÃO FINANCEIRA		240.193	459.329	333.157
OUTRAS RECEITAS (DESPESAS) OPERACIONAIS		(69.801)	(131.695)	(128.370)
Receitas de prestação de serviços		2.574	6.322	9.346
Despesas de pessoal		(24.507)	(47.995)	(44.915)
Outras despesas administrativas	15	(46.921)	(81.807)	(83.264)
Despesas tributárias		(11.528)	(23.483)	(23.190)
Resultados de participações em coligadas e controladas		2.831	4.766	-
Outras receitas operacionais	16	11.599	20.963	40.028
Outras despesas operacionais	17	(3.850)	(10.461)	(26.375)
RESULTADO OPERACIONAL		170.392	327.634	204.787
RESULTADO NÃO OPERACIONAL		(1.924)	(4.868)	(11.697)
RESULTADO ANTES DA TRIBUTAÇÃO SOBRE O LUCRO E AS PARTICIPAÇÕES		168.468	322.766	193.090
IMPOSTO DE RENDA E CONTRIBUIÇÃO SOCIAL		(34.243)	(105.104)	(61.864)
Imposto de renda corrente		(8.988)	(52.566)	(51.655)
Contribuição social corrente		(9.555)	(44.285)	(42.892)
Imposto de renda e contribuição social diferidos		(15.700)	(8.253)	32.683
PARTICIPAÇÃO ESTATUTÁRIA NO LUCRO		(2.945)	(5.525)	(5.381)
LUCRO LÍQUIDO DO SEMESTRE / EXERCÍCIO		131.280	212.137	125.845
LUCRO LÍQUIDO POR LOTE DE MIL AÇÕES - RS		140	226	141

DEMONSTRAÇÕES DO VALOR ADICIONADO REFERENTES AOS EXERCÍCIOS FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2017 E DE 2016 E PARA O SEMESTRE FINDO EM 31 DE DEZEMBRO DE 2017
(Valores expressos em milhares de reais, exceto quando indicado)

	2017		2016
	2º semestre	Exercício	Exercício
1 - RECEITAS	404.117	796.535	679.030
Intermediação financeira	455.730	881.974	816.166
Prestação de serviços	2.574	6.322	9.346
Provisão para créditos de liquidação duvidosa	(66.745)	(117.673)	(187.300)
Outras receitas operacionais	11.599	20.963	40.028
Outras receitas não operacionais	959	4.949	790
2 - DESPESAS DE INTERMEDIÇÃO FINANCEIRA	(148.792)	(304.972)	(295.709)
3 - INSUMOS ADQUIRIDOS DE TERCEIROS	(49.987)	(94.708)	(114.453)
Materiais, energia e outros	(1.598)	(3.359)	(771)
Serviços de terceiros	(1.964)	(4.203)	(4.356)
Outras despesas administrativas	(39.692)	(66.868)	(70.463)
Outras despesas operacionais	(3.850)	(10.461)	(26.375)
Outras despesas não operacionais	(2.883)	(9.817)	(12.488)
4 - VALOR ADICIONADO BRUTO (1+2+3)	205.338	396.855	268.868
5 - DEPRECIÇÃO E AMORTIZAÇÃO	(3.235)	(6.422)	(6.424)
6 - VALOR ADICIONADO LÍQUIDO PRODUZIDO PELA ENTIDADE (4 +5)	202.103	390.433	262.444
7 - VALOR ADICIONADO RECEBIDO EM TRANSFERÊNCIA	2.832	4.766	262.444
8 - VALOR ADICIONADO TOTAL A DISTRIBUIR (7+6)	204.935	395.199	262.444
9 - DISTRIBUIÇÃO DO VALOR ADICIONADO			
Pessoal	23.703	45.737	43.110
Remuneração direta	19.595	37.632	35.971
Benefícios	2.885	5.504	4.775
F.G.T.S.	1.223	2.601	2.364
Impostos, taxas e contribuições	49.520	136.370	92.239
Federais	49.151	135.496	91.109
Estaduais	61	111	63
Municipais	308	763	1.067
Remuneração de capitais de terceiros	432	955	1.250
Aluguéis	432	955	1.250
Remuneração de capitais próprios	131.280	212.137	125.845
Juros sobre o capital próprio	85.488	85.488	76.552
Lucros retidos	45.792	126.649	49.293
Total	204.935	395.199	262.444

DEMONSTRAÇÕES DOS FLUXOS DE CAIXA REFERENTES AOS EXERCÍCIOS FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2017 E DE 2016 E PARA O SEMESTRE FINDO EM 31 DE DEZEMBRO DE 2017
(Valores expressos em milhares de reais, exceto quando indicado)

	2017		2016
	2º semestre	Exercício	Exercício
ATIVIDADES OPERACIONAIS			
Lucro líquido	131.280	212.137	125.845
Ajustes ao lucro líquido	95.608	144.406	205.258
Depreciações e amortizações	3.235	6.422	6.424
Depreciação de arrendamento mercantil	5.768	14.193	21.931
Superveniência de depreciação	964	2.164	4.636
Provisão para créditos de liquidação duvidosa	66.745	117.673	187.300
Provisão para desvalorização - bens não de uso	100	433	3.573
Provisão para contingências	1.315	4.215	10.350
Imposto de renda e contribuição social diferidos	15.700	8.253	(32.683)
Redução / (aumento) em resultados de exercícios futuros	1.311	(9.166)	5.599
Ajuste ao valor de mercado de instrumentos financeiros derivativos	470	216	(1.872)
Variação em ativos e passivos:	(447.107)	(210.724)	(641.865)
Redução / (aumento) em títulos e valores mobiliários	337	1.761	5.534
Redução / (aumento) em operações de crédito e de arrendamento	(1.184.756)	(743.738)	(688.373)
Redução / (aumento) em outros créditos	(15.338)	(9.843)	78.275
Redução / (aumento) em outros valores e bens	408	(1.573)	174
Redução / (aumento) em depósitos	143.566	63.770	224.579
Redução / (aumento) obrigação por operações compromissadas	(54.299)	-	-
Redução / (aumento) em imobilizado de arrendamento	1.300	1.519	(17.132)
Aumento em obrigações por empréstimo e repasses	681.516	539.594	214.545
Redução / (aumento) em outras obrigações	50.174	70.222	(9.617)
Redução em captação no mercado aberto	(124.314)	(132.436)	(449.850)
Caixa líquido originado (aplicado) em atividades operacionais	(220.219)	145.819	(310.762)

	2017		2016
	2º semestre	Exercício	Exercício
ATIVIDADES DE INVESTIMENTOS			
Alienação / (aquisição) em imobilizado de uso	(2.135)	(4.219)	221
Alienação / (aquisição) de bens não de uso próprio	(2.612)	4.719	(12.072)
Alienação / (aquisição) de investimentos	(2.877)	(4.963)	(135)
Aplicação / (baixa) no ativo diferido	-	2.126	98
Aplicação / (baixa) no ativo intangível	(1.178)	(1.261)	(1.349)
Aplicação / (aquisição) de operações compromissadas	-	-	189.936
Caixa líquido originado (aplicado) em atividades de investimento	(8.802)	(3.598)	200.843
ATIVIDADE DE FINANCIAMENTO			
Aumento de capital	48.868	48.868	-
Dividendos e juros sobre o capital próprio pagos	(85.488)	(85.488)	(133.570)
Caixa líquido aplicado em atividades de financiamentos	(36.620)	(36.620)	(133.570)
Aumento (redução) de caixa e equivalentes de caixa	(265.641)	105.601	(243.489)
Caixa e equivalentes de caixa no início do período	612.243	241.001	484.490
Caixa e equivalentes de caixa no final do período	346.602	346.602	241.001
Aumento (redução) de caixa e equivalentes de caixa	(265.641)	105.601	(243.489)

DEMONSTRAÇÕES DAS MUTAÇÕES DO PATRIMÔNIO LÍQUIDO REFERENTES AOS EXERCÍCIOS FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2017 E DE 2016 E PARA O SEMESTRE FINDO EM 31 DE DEZEMBRO DE 2017
(Valores expressos em milhares de reais, exceto quando indicado)

	Notas	Capital social realizado	Reserva de capital	Reserva de lucros	Ajuste ao valor de mercado de títulos e valores mobiliários	Lucros/prejuízos acumulados	Total
SALDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2015		891.583	113.908	202.112	99	-	1.207.702
Ajuste ao valor de mercado - títulos e valores mobiliários e instrumentos financeiros derivativos	21	-	-	-	(1.871)	-	(1.871)
Destinações:							
Lucro líquido do exercício		-	-	-	-	125.845	125.845
Reserva legal		-	-	6.292	-	(6.292)	-
Dividendos		-	-	-	-	-	-
Reserva outras		-	-	-	-	(43.001)	(43.001)
Remuneração do capital próprio		-	-	(14.018)	-	(76.552)	(90.570)
SALDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2016		891.583	113.908	194.386	(1.772)	-	1.198.105
Mutações do exercício		-	-	(7.726)	(1.871)	-	(9.597)
SALDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2016		891.583	113.908	194.386	(1.772)	-	1.198.105
Ajuste ao valor de mercado - títulos e valores mobiliários e instrumentos financeiros derivativos	21	-	-	-	219	-	219
Aumento de capital	14	48.868	-	-	-	-	48.868
Lucro líquido do exercício		-	-	-	-	212.137	212.137
Destinações:							
Reserva legal	14	-	-	10.607	-	(10.607)	-
Reserva outras	14	-	-	116.043	-	(116.043)	-
Remuneração do capital próprio	14	-	-	-	-	(85.487)	(85.487)
SALDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2017		940.451	113.908	321.036	(1.553)	-	1.373.842
Mutações do exercício		48.868	-	126.650	219	-	175.737
SALDOS EM 30 DE JUNHO DE 2017		891.583	113.908	275.243	(2.023)	-	1.278.711
Ajuste ao valor de mercado - títulos e valores mobiliários e instrumentos financeiros derivativos	21	-	-	-	470	-	470
Aumento de capital		48.868	-	-	-	-	48.868
Lucro líquido do semestre		-	-	-	-	131.280	131.280
Destinações:							
Reserva legal		-	-	6.564	-	(6.564)	-
Reserva outras		-	-	39.229	-	(39.229)	-
Remuneração do capital próprio		-	-	-	-	(85.487)	(85.487)
SALDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2017		940.451	113.908	321.036	(1.553)	-	1.373.842
Mutações do semestre		48.868	-	45.793	470	-	95.131

BANCO CNH INDUSTRIAL CAPITAL S.A.

CNPJ 02.992.446/0001-75

Av. Juscelino Kubitschek de Oliveira, nº 11.825

Curitiba - PR - Brasil

Fone: (0xx41) 2107-7035

Fax: (0xx41) 2107-7540

**NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS REFERENTES AOS EXERCÍCIOS FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2017 E DE 2016 E PARA O SEMESTRE FINDO EM 31 DE DEZEMBRO DE 2017**

(Valores expressos em milhares de reais, exceto se indicado de outra forma)

1. CONTEXTO OPERACIONAL

O Banco CNH Industrial Capital S.A. ("Banco") foi constituído em 9 de novembro de 1998 e autorizado a funcionar pelo Banco Central do Brasil (BACEN) em 4 de janeiro de 1999. As atividades operacionais tiveram início em 5 de abril de 1999. Em 20 de março de 2014, conforme aprovação do BACEN, o Banco teve sua denominação social alterada para Banco CNH Industrial Capital S.A. O Banco CNH Industrial Capital S.A. está autorizado a operar com as carteiras de investimento, de crédito, financiamento e de arrendamento mercantil, passando a operar no repasse de linhas de financiamento da Agência Especial de Financiamento Industrial (BNDES FINAME) a partir de abril de 1999. Atualmente, as operações do Banco são voltadas ao financiamento para a aquisição de produtos da CNH Industrial Brasil Ltda., através das linhas de financiamento da Agência Especial de Financiamento Industrial (BNDES FINAME), crédito ao consumidor - CDC, operações de arrendamento mercantil e empréstimo de capital de giro. O Banco CNH Industrial Capital S.A. passou a financiar as operações da rede de concessionárias e clientes IVECO Latin America Ltda. ("IVECO"), em virtude de uma reorganização mundial das empresas da CNH Industrial, a partir de janeiro de 2014.

2. APRESENTAÇÃO DAS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS

As demonstrações financeiras foram preparadas de acordo com as Leis nºs 11.638/07 e 11.941/09, observando as diretrizes contábeis estabelecidas pelo Banco Central do Brasil - BACEN, Conselho Monetário Nacional (CMN), consubstanciadas no Plano Contábil das Instituições do Sistema Financeiro Nacional (COSIF) e os novos pronunciamentos, orientações e as interpretações emitidas pelo Comitê de Pronunciamentos Contábeis (CPC) aprovados pelo BACEN.

A diretoria autorizou a divulgação dessas demonstrações financeiras em 5 de março de 2018.

Em aderência ao processo de convergência com as normas internacionais de contabilidade, o Comitê de Pronunciamentos Contábeis (CPC) emitiu diversos pronunciamentos relacionados ao processo de convergência contábil internacional, porém a maioria não foi homologada pelo BACEN. Desta forma, o Banco, na elaboração das demonstrações financeiras, adotou os seguintes pronunciamentos já homologados pelo BACEN:

- (a) Pronunciamento conceitual básico (R1) - Estrutura Conceitual para Elaboração e Divulgação do Relatório Contábil-Financeiro - homologado pela Resolução CMN nº 4.144/12;
- (b) CPC 01 (R1) - Redução ao Valor Recuperável de Ativos - homologado pela Resolução CMN nº 3.566/08;
- (c) CPC 02 (R2) - Efeitos das mudanças nas taxas de câmbio e conversão de demonstrações contábeis - homologado pela Resolução CMN nº 4.524/16;
- (d) CPC 03 (R2) - Demonstrações do Fluxo de Caixa - homologado pela Resolução CMN nº 3.604/08;
- (e) CPC 04 (R1) - Ativo Intangível - homologado pela Resolução CMN nº 4.524/16;
- (f) CPC 05 (R1) - Divulgação de Partes Relacionadas - homologado pela Resolução CMN nº 3.750/09;
- (g) CPC 10 (R1) - Pagamento Baseado em Ações - homologado pela Resolução CMN nº 3.989/11;
- (h) CPC 23 - Políticas Contábeis, Mudança de Estimativa e Retificação de Erro - homologado pela Resolução CMN nº 4.007/11;
- (i) CPC 24 - Contabilização e Divulgação de Eventos Subsequentes - homologado pela Resolução nº 3.973/11;
- (j) CPC 25 - Provisões, Passivos Contingentes e Ativos Contingentes - homologado pela Resolução CMN nº 3.823/09;
- (k) CPC 27 - Ativo Imobilizado - homologado pela Resolução CMN nº 4.524/16;
- (l) CPC 33 - Benefícios a Empregados - homologado pela Resolução nº 4.424/15.

Atualmente, não é possível estimar quando o BACEN irá aprovar os demais pronunciamentos contábeis emitidos pelo CPC e se a utilização destes será de maneira prospectiva ou retrospectiva.

3. SUMÁRIO DAS PRINCIPAIS PRÁTICAS CONTÁBEIS

As principais práticas contábeis adotadas pelo Banco na elaboração das demonstrações financeiras são:

a) Apuração do resultado

As receitas e despesas das operações ativas e passivas são apropriadas pelo regime de competência. Os valores sujeitos à variação monetária são atualizados "pro rata" dia.

b) Fluxo de caixa

Para fins das Demonstrações dos Fluxos de Caixa o Banco utiliza o método indireto segundo o qual o lucro líquido ou prejuízo é ajustado pelos seguintes efeitos:

- (I) Das transações que não envolvem caixa;
- (II) De quaisquer diferimentos ou outras apropriações por competência sobre recebimentos ou pagamentos operacionais passados ou futuros; e
- (III) De itens de receita ou despesa associados com fluxos de caixa das atividades de investimento ou de financiamento.

Os valores considerados como caixa e equivalentes de caixa correspondem aos saldos de disponibilidades e às aplicações interfinanceiras de liquidez com conversibilidade imediata e/ou com data de vencimento / resgate original igual ou inferior a 90 (noventa) dias, na data da contratação.

c) Aplicações interfinanceiras de liquidez

São avaliadas pelo montante aplicado acrescido dos rendimentos incorridos até a data dos balanços. É constituída provisão para ajuste a valor de mercado, quando aplicável.

d) Títulos e valores mobiliários

De acordo com a Circular BACEN nº 3.068, de 8 de novembro de 2001, e regulamentação complementar, os títulos e valores mobiliários são classificados de acordo com a intenção de negociação, a critério da Administração, em três categorias a saber: títulos para negociação - avaliados ao valor de mercado em contrapartida ao resultado; títulos disponíveis para a venda - avaliados ao valor de mercado em contrapartida à conta específica do patrimônio líquido; e títulos mantidos até o vencimento - avaliados pela taxa intrínseca dos títulos em contrapartida ao resultado.

e) Instrumentos financeiros derivativos

Conforme determinado na Circular BACEN nº 3.082/02, os instrumentos financeiros derivativos compostos por operações de swap são avaliados e o diferencial a receber ou a pagar é contabilizado em conta de ativo ou passivo, respectivamente, apropriados em receita ou despesa "pro rata" até a data do balanço.

As operações com instrumentos financeiros derivativos são avaliadas, na data do balanço a valor de mercado, contabilizando a valorização ou a desvalorização conforme segue:

- Instrumentos financeiros derivativos não considerados como *hedge* - em conta de receita ou despesa no resultado do período.
- Instrumentos financeiros considerados como *hedge* - são classificados como *hedge* de risco de mercado ou *hedge* de fluxo de caixa.

f) Provisão para perdas em operações de crédito

A provisão para perdas em operações de crédito, avais e fianças e de arrendamento mercantil foi constituída com base na análise individual dos créditos a receber, de acordo com a Resolução CMN nº 2.682/1999, sendo considerada suficiente pela Administração para a cobertura de riscos com eventuais perdas. Adicionalmente, foi observado o conteúdo da Resolução CMN nº 3.749/2009, que estabelece critérios para a classificação de operações de crédito rural, objeto de renegociação.

g) Bens não de uso próprio

Está representado por bens não de uso próprio da Instituição, recebidos em dação de pagamento, registrados inicialmente pelo custo e ajustados por provisão para perda no valor recuperável, quando necessário.

h) Arrendamento mercantil

As depreciações sobre os bens arrendados são registradas, mensalmente, de forma linear com base nos respectivos prazos usuais de vida útil, reduzidos em 30%, exceto para os contratos com pessoas físicas, que são depreciados de acordo com os prazos normais e com a legislação fiscal vigente.

Os valores residuais garantidos, que representam as opções de compra a vencer, bem como suas respectivas atualizações, são registrados na rubrica "Valores residuais a realizar", tendo como contrapartida a conta de "Valores residuais a balancear", no grupo de operações de arrendamento mercantil.

Conforme diretrizes estabelecidas pelo BACEN, o Banco ajusta suas demonstrações financeiras pela diferença apurada entre o valor contábil de arrendamentos a receber, imobilizado de arrendamento e o valor presente da sua carteira de arrendamento mercantil, às respectivas taxas internas de retorno de cada contrato, como superveniência ou insuficiência de depreciação, no imobilizado de arrendamento. Os ajustes são registrados, quando positivos, a crédito de receitas de operações de arrendamento mercantil e, quando negativos, a débito de despesas de operações de arrendamento mercantil, em contrapartida ao imobilizado de arrendamento.

i) Intangível

Corresponde aos direitos adquiridos que tenham por objeto de bens incorpóreos destinados à manutenção da entidade ou exercidos com essa finalidade e registrado pelo custo de aquisição. Está composto por direito de uso de linha de negócios adquiridos junto a terceiros, com amortização linear e de acordo com o prazo previsto em contrato de cinco anos.

j) Redução do valor recuperável dos ativos não financeiros ("impairment")

É reconhecida como perda, quando o valor de um ativo ou de uma unidade geradora de caixa, registrado contabilmente por maior do que o seu valor recuperável ou de realização. Uma unidade geradora de caixa é o menor grupo identificável de ativos que gera fluxo de caixa, substanciais, independentemente de outros ativos ou grupos de ativos.

As perdas por "impairment", quando aplicável, são registradas no resultado do período em que foram identificadas. Os valores dos ativos não financeiros, exceto aqueles registrados nas rubricas de "Outros valores e bens" e de "Outros créditos - créditos tributários" são objeto de revisão periódica, no mínimo anual, para determinar se existe alguma indicação de perda no valor recuperável ou de realização desses ativos.

k) Passivo circulante e exigível a longo prazo

Demonstrados por valores conhecidos ou calculáveis, incluindo, quando aplicável, os encargos e as variações monetárias incorridos "pro rata temporis".

l) Contingências

O reconhecimento, a mensuração e a divulgação dos ativos e passivos contingentes, e obrigações legais, são efetuadas de acordo com os critérios definidos na Resolução nº 3.823/2009, do CMN que aprovou o Pronunciamento Técnico nº 25 do Comitê de Pronunciamentos Contábeis (CPC), obedecendo aos seguintes critérios:

- Ativos contingentes - não são reconhecidos nas demonstrações financeiras, exceto quando da existência de evidências que propiciem a garantia de sua realização, sobre as quais não cabem mais recursos;
- Contingências passivas - são reconhecidas nas demonstrações financeiras quando, baseado na opinião de assessores jurídicos e da Administração, for considerado provável o risco de perda de uma ação judicial ou administrativa, e sempre que os montantes envolvidos forem mensuráveis com suficiente segurança. Os passivos contingentes classificados como perdas possíveis pelos assessores jurídicos são divulgados em notas explicativas, enquanto aquelas classificadas como perdas remotas não são passíveis de provisão ou divulgação; e

- Obrigações legais (fiscais e previdenciárias) - referem-se a demandas administrativas ou judiciais onde estão sendo contestadas a legalidade e a constitucionalidade de alguns tributos e contribuições. Os montantes discutidos são integralmente registrados nas demonstrações financeiras, independentemente à classificação do risco, e atualizadas de acordo com a legislação vigente.

m) Provisões para imposto de renda e contribuição social

A provisão para imposto de renda foi constituída à razão de 15% sobre o lucro real, acrescido de adicional de 10% sobre a parte desse lucro que excedeu a R\$ 240 no exercício (R\$ 120 no semestre). A contribuição social calculada sobre o lucro líquido antes do imposto de renda, à alíquota de 20% para 2016 e 2017.

O Banco registra imposto de renda e a contribuição social sobre as diferenças temporárias, os quais serão realizados quando da utilização ou reversão das respectivas provisões pelas quais foram constituídas, e estão apresentados nas rubricas "Outros créditos - diversos" e "Outras obrigações - fiscais e previdenciárias" e refletidos no resultado do exercício. Os créditos tributários são baseados nas expectativas atuais de realização, considerando os estudos técnicos e análises da Administração.

n) Uso de estimativas contábeis

A preparação das demonstrações financeiras exige que a Administração efetue certas estimativas e adote premissas, no melhor de seu julgamento, que afetam os montantes de certos ativos e passivos, financeiros ou não, receitas e despesas. Os valores de eventual liquidação desses ativos e passivos, financeiros ou não, podem vir a ser diferentes dos valores apresentados com base nessas estimativas.

o) Resultado de exercícios futuros

Referem-se às receitas já recebidas que efetivamente devem ser reconhecidas em resultados em anos futuros, sendo que já devem ser deduzidas dos custos e despesas correspondentes, incorridos ou a incorrer, incluindo rendimentos não restituíveis. A apropriação ao resultado é efetuada de acordo com a vigência dos respectivos contratos "pro rata" dia.

p) Lucro líquido por lote de mil ações

O lucro líquido por lote de mil ações foi calculado com base no número de ações em circulação na data-base de 31 de dezembro de 2017.

4. CAIXA E EQUIVALENTES DE CAIXA

	2017	2016
Disponibilidades.....	247	161
Aplicações interfinanceiras de liquidez (Nota 5).....	346.355	240.840
Total	346.602	241.001

5. APLICAÇÕES INTERFINANCEIRAS DE LIQUIDEZ

Título	2017		2016	
	Circulante até 3 meses	Total	Circulante até 3 meses	Total
Operações compromissadas.....	245.806	245.806	240.840	240.840
Aplicações em depósitos interfinanceiros.....	100.549	100.549	-	-
Total	346.355	346.355	240.840	240.840

Em 31 de dezembro de 2017, o Banco apurou uma receita com aplicações interfinanceiras de liquidez e títulos e valores mobiliários, no montante de R\$ 51.852 (R\$ 85.469 em 2016).

6. OPERAÇÕES DE CRÉDITO E DE ARRENDAMENTO MERCANTIL**a) A carteira de operações de crédito está composta da seguinte forma:**

	2017	2016
CIRCULANTE		
Repasse no país - BNDES FINAME.....	1.583.217	1.409.995
Empréstimos e financiamentos.....	2.249.867	2.167.628
Provisão para perdas em operações de crédito.....	(213.747)	(240.375)
Subtotal.....	3.619.337	3.337.248
REALIZÁVEL A LONGO PRAZO		
Repasse no país - BNDES FINAME.....	3.656.443	3.303.850
Empréstimos e financiamentos.....	184.556	236.397
Provisão para perdas em operações de crédito.....	(117.538)	(160.270)
Subtotal.....	3.723.461	3.379.977
Total	7.342.798	6.717.225

Em 31 de dezembro de 2017, o Banco apurou receitas com operações de crédito no montante de R\$ 814.631 (R\$ 690.357 em 2016).

b) A carteira de arrendamento mercantil está composta da seguinte forma:

O valor dos contratos de arrendamento mercantil é representado pelo seu respectivo valor presente, apurado com base na taxa interna de cada contrato. Esses valores, em atendimento às normas do Banco Central do Brasil, são apresentados em diversas rubricas patrimoniais, as quais são resumidas a seguir:

	2017	2016
Arrendamentos a receber.....	20.593	35.289
Rendas a apropriar de arrendamento mercantil.....	(20.241)	(34.835)
Bens arrendados (Nota 8.a).....	45.958	73.609
Superveniência de depreciação (Nota 8.a).....	10.687	14.290
Depreciação acumulada de bens arrendados (Nota 8.a).....	(30.717)	(43.882)
Perdas a amortizar de arrendamento (Nota 8.a).....	2.833	-
(-) Amortização acumulada em arrendamento (Nota 8.a).....	(2.621)	-
Perda em arrendamento a amortizar *.....	-	2.617
Amortização acumulada do diferido *.....	-	(2.500)
Cretores por antecipação de valores residuais (Nota 7.a).....	(8.621)	(14.167)
Total	17.871	30.421

(*) Em atendimento à Carta-Circular nº 3.791, de 1º de dezembro de 2017, o Banco refutou reclassificações de rubricas contábeis no Plano Contábil (COSIF).

Em 31 de dezembro de 2017, o Banco apurou receitas com Arrendamento Mercantil no montante de R\$ 21.380 (R\$ 33.991 em 2016) e despesas com Arrendamento Mercantil no montante de R\$ 16.797 (R\$ 27.508 em 2016). O Banco registrou provisão para perdas no montante de R\$ 915 (R\$ 1.511 em 2016).

c) A composição da carteira de operações de crédito, de arrendamento mercantil, devedores por compra de valores e bens e avais e fianças honrados, por tipo de cliente e atividade econômica é como segue:

	2017	2016
SETOR PRIVADO		
Rural.....	4.442.331	3.835.416
Comércio.....	1.301.357	1.226.764
Serviços.....	1.701.825	1.597.151
Pessoa física.....	246.933	490.764
Total da carteira	7.692.446	7.150.095
CIRCULANTE		
Operações de crédito.....	3.723.385	3.451.636
Valor presente das operações de arrendamento mercantil.....	10.258	16.162
Devedores por compra de valores e bens.....	109.699	125.988
Créditos por avais e fianças honrados.....	491	1.704
Subtotal.....	3.843.833	3.595.490
REALIZÁVEL A LONGO PRAZO		
Operações de crédito.....	3.840.897	3.540.247
Valor presente das operações de arrendamento mercantil.....	7.613	14.259
Devedores por compra de valores e bens.....	103	-
Créditos por avais e fianças honrados.....	-	99
Subtotal.....	3.848.613	3.554.605
Total da carteira	7.692.446	7.150.095

BANCO CNH INDUSTRIAL CAPITAL S.A.

CNPJ 02.992.446/0001-75

Av. Juscelino Kubitschek de Oliveira, nº 11.825

Curitiba - PR - Brasil

Fone: (0xx41) 2107-7035

Fax: (0xx41) 2107-7540

**NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS REFERENTES AOS EXERCÍCIOS FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2017 E DE 2016 E PARA O SEMESTRE FINDO EM 31 DE DEZEMBRO DE 2017**

(Valores expressos em milhares de reais, exceto se indicado de outra forma)

d) Apresentação da carteira de operações de crédito, arrendamento mercantil, devedores por compra de outros valores e bens e avais e fianças honradas, de acordo com os níveis de risco

Nível de risco	2017				2016			
	Em curso normal	Provisões	Vencidos	Total	Em curso normal	Provisões	Vencidos	Total
AA.....	927.977	-	-	927.977	-	-	-	837.510
A.....	2.501.858	12.509	-	2.501.858	12.509	2.308.326	11.542	11.542
B.....	1.734.844	17.348	12.992	1.747.836	17.478	1.447.882	14.479	14.479
C.....	1.289.462	38.684	39.674	1.190	1.329.136	39.874	1.217.242	36.517
D.....	900.994	90.099	60.856	6.086	961.850	96.185	1.025.778	102.578
E.....	29.528	8.859	22.954	6.886	52.482	15.745	74.317	22.295
F.....	19.920	9.960	8.372	4.186	28.292	14.146	32.558	16.279
G.....	13.344	9.341	7.855	5.499	21.199	14.840	21.988	15.391
H.....	50.394	50.394	71.422	71.422	121.816	184.494	184.494	184.494
Total	7.468.321	237.194	224.125	95.399	7.692.446	332.593	7.150.095	403.575

A tabela abaixo contempla as provisões de garantias prestadas registradas em conta de compensação "Garantias prestadas - em curso normal", cuja provisão para perdas está registrada no passivo na rubrica de "Outras obrigações", como segue:

Nível de risco	Garantias prestadas - em curso normal - Fimame BNDES			
	2017		2016	
	Operações	Provisões	Operações	Provisões
AA.....	1.150	-	6.509	-
A.....	3.820	19	15.521	78
B.....	2.464	24	9.121	91
C.....	1.456	44	6.093	183
D.....	212	21	2.028	203
E.....	-	-	115	34
F.....	-	-	33	16
G.....	-	-	-	-
H.....	800	800	1.717	1.717
Total	9.902	908	41.137	2.322

e) Provisão para garantias prestadas

O Banco é responsável por recomprar parcelas vencidas e contratos de repasse BNDES FINAME não honrados, conforme contratos de convênios firmados junto a outras instituições financeiras. Em 31 de dezembro de 2017, as coobrigações e riscos com garantias prestadas pelo Banco montavam R\$ 9.902 (R\$ 41.137 em 2016). O valor total das garantias prestadas recompradas referentes a essas operações de repasse vencidas montavam R\$ 491 em 31 de dezembro de 2017 (R\$ 1.804 em 2016) e estão registradas na conta de "Créditos por avais e fianças honradas". Em 31 de dezembro de 2017, o Banco possui provisão no montante de R\$ 908 (R\$ 2.322 em 2016), registrada no passivo na conta "Provisão para passivos contingentes" referente às garantias prestadas em curso normal e R\$ 393 (R\$ 1.418 em 2016), registrada no ativo na conta "Provisão para outros créditos de liquidação duvidosa" referente às garantias já honradas.

f) Movimentação da provisão para perdas com crédito

A movimentação da provisão para perdas com créditos, a qual inclui, além das operações de crédito, as operações de arrendamento mercantil, é como segue:

	2º Semestre de 2017		Exercício de 2017		Exercício de 2016	
	Provisão para convênios de financiamento BNDES FINAME	Provisão para operações de crédito, arrendamento mercantil e avais e fianças prestadas	Provisão para convênios de financiamento BNDES FINAME	Provisão para operações de crédito, arrendamento mercantil e avais e fianças prestadas	Provisão para convênios de financiamento BNDES FINAME	Provisão para operações de crédito, arrendamento mercantil e avais e fianças prestadas
Saldo no início do período.....	1.844	373.788	2.322	403.575	1.981	352.820
Complemento reversão da provisão para perdas com créditos.....	(936)	67.680	(1.414)	119.086	341	186.959
Parcela utilizada (compensação como prejuízo).....	-	(108.875)	-	(190.068)	-	(136.204)
Saldo final	908	332.593	908	332.593	2.322	403.575

Os créditos recuperados no exercício somaram R\$ 106.929 (R\$ 65.775 em 2016) e os créditos renegociados somaram R\$ 50.412 (R\$ 58.822 em 2016).

7. OUTROS CRÉDITOS E OUTRAS OBRIGAÇÕES**a) Diversos**

	2017	2016
Outros créditos - circulante		
Créditos tributários (Nota 13.c).....	126.426	52.425
Valores a receber de sociedades ligadas (a) (Nota 18).....	20.424	18.276
Participações pagas antecipadamente.....	1.699	-
Imposto a compensar.....	14.818	13.954
Outros.....	16.310	9.856
Total	179.677	94.511
Outros créditos - longo prazo		
Créditos tributários (Nota 13.c).....	173.635	257.689
Devedores de depósito em garantia.....	7.484	6.719
Total	181.119	264.408
Outras obrigações - circulante		
Credores por antecipação de valor residual em garantia.....	4.741	7.527
Parcelas recebidas e não baixadas (b).....	89.366	4.692
Valores a pagar - convênios (Nota 6.f).....	829	1.546
Provisão para pagamentos a efetuar.....	4.272	9.364
Despesas de pessoal.....	6.594	5.140
Outras despesas administrativas.....	5.941	4.665
Total	111.743	32.934
Outras obrigações - longo prazo		
Provisão para passivos trabalhistas (Nota 20).....	12.039	10.251
Provisão para passivos cíveis (Nota 20).....	5.094	7.239
Provisão para passivos fiscais (c) (Nota 20).....	25.275	-
Credores por antecipação de valor residual de garantia.....	3.880	6.640
Valores a pagar - convênios (Nota 6.f).....	79	776
Total	46.367	24.906

b) Fiscais e previdenciárias

	2017	2016
Fiscais e previdenciárias - circulante		
Impostos e contribuições a recolher.....	54.807	56.052
Total	54.807	56.052
Fiscais e previdenciárias - longo prazo		
Provisão para impostos diferidos (Nota 13.b).....	4.809	6.431
Provisão para riscos fiscais (c).....	-	26.783
Total	4.809	33.214
(a) Referente à compra pelo Banco CNH Industrial Capital S.A. de créditos de titularidade de empresas não financeiras do Grupo CNH Industrial, sem coobrigação do cedente.		
(b) O Banco recebeu dos clientes parcelas de pagamento de operações de crédito que foram identificadas e não baixadas, contabilmente, até o encerramento do balanço em 31 de dezembro de 2017. Tais parcelas são baixadas no mês subsequente em até cinco dias úteis.		
(c) Transferência de saldo entre contas conforme Circular nº 3.782 de 19 de setembro de 2016.		

8. IMOBILIZADO DE ARRENDAMENTO E INTANGÍVEL**a) Imobilizado**

	2017	2016
Veículos e afins (Nota 6.b).....	45.958	73.609
Superveniência de depreciação (Nota 6.b).....	10.687	14.290
Depreciação acumulada (Nota 6.b).....	(30.717)	(43.882)
Perdas em arrendamento a amortizar.....	212	-
Total	26.140	44.017
Movimentação da superveniência de depreciação		
Saldo inicial	14.290	21.628
Superveniência / (insuficiência) de depreciação do período.....	(2.714)	(4.636)
Prejuízo do período.....	(889)	(2.702)
Saldo final	10.687	14.290

No exercício findo em 31 de dezembro de 2017, foram registrados R\$ 2.714 de insuficiência de depreciação (R\$ 4.636 de insuficiência de depreciação em 2016) em contrapartida de receitas de operação de arrendamento mercantil. O seguro do imobilizado de arrendamento é contratado pelos respectivos arrendatários, conforme estabelecido em cláusula contratual.

b) Intangível

	2017	2016
Intangível.....	30.342	29.136
(-) Amortização acumulada de ativos intangíveis.....	(21.556)	(16.089)
Total	8.786	13.047
Movimentação da amortização		
Saldo inicial	(16.089)	(10.640)
Amortização do período.....	(5.467)	(5.449)
Saldo final	(21.556)	(16.089)

Em 30 de dezembro de 2013, foi firmado entre o Banco Fidis S.A. e o Banco CNH Industrial Capital S.A. com anuência da Iveco Latin America Ltda., Instrumento Particular de Cessão de Direitos e Obrigações, o qual transfere o direito de uso de linha de negócios pelo Fidis ao Banco CNH Industrial Capital S.A., para prestação de serviços financeiros aos Clientes Finais, Concessionários e à Iveco. O valor da operação está sendo amortizado em cinco anos com o prazo contratual correspondendo à taxa de 20% ao ano.

9. DEPÓSITOS

Título	2017				Total	2016
	Circulante		Exigível a longo prazo			
	Até 3 meses	3 a 12 meses	1 a 3 anos	3 a 5 anos		
CDI*.....	240.083	-	-	-	240.083	129.424
CDB*.....	25.423	125.660	310.384	202.438	663.905	710.793
Total	265.506	125.660	310.384	202.438	903.988	840.217

(* A taxa média verificada para as operações de depósitos a prazo no exercício foi de 112,14% do CDI (97,55% em 2016).

(* Em 31 de dezembro de 2017, o Banco apurou uma despesa com captação no mercado no montante de R\$ 106.774 (R\$ 146.774 em 2016).

10. RECURSOS DE ACEITES CAMBIAIS, LETRAS IMOBILIÁRIAS E HIPOTECÁRIAS, DEBÊNTURES E SIMILARES

Título	2017			Total	2016
	Circulante	Exigível a longo prazo			
LCA.....	41.986	-	-	41.986	90.843
LF.....	13.373	125.071	-	138.444	222.023
Total	55.359	125.071	180.430	312.866	

A taxa média verificada para as operações de aceites cambiais no ano foi de 107,00% do CDI (97,00% em 2016).

11. OBRIGAÇÕES POR REPASSES - INSTITUIÇÕES OFICIAIS

Em 31 de dezembro de 2017, o saldo de R\$ 1.489.014 e R\$ 3.749.431 no circulante e não circulante, respectivamente, (R\$ 1.311.251 e R\$ 3.387.601 em 2016) referem-se a repasses de recursos do Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social - BNDES (modalidade BNDES FINAME), com vencimentos até 2025 e com encargos à taxa prefixada entre 1,5% e 11,00% ao ano ou pela variação da Taxa de Juros de Longo Prazo (TJLP), acrescida de juros entre 1,0% e 3,0% ao ano.

Em 31 de dezembro de 2017, o Banco apurou uma despesa com empréstimo e repasse no montante de R\$ 181.401 (R\$ 121.427 em 2016).

12. RESULTADOS DE EXERCÍCIOS FUTUROS

Representados por R\$ 183.476 em 31 de dezembro de 2017 (R\$ 192.642 em 2016), referem-se às receitas de juros recebidas antecipadamente, oriundas substancialmente da parte relacionada à CNH Industrial Capital S.A. e sua rede de concessionárias, as quais são registradas como resultados de exercícios futuros e apropriadas para o resultado, conforme os prazos dos correspondentes contratos de operação de crédito.

13. IMPOSTO DE RENDA E CONTRIBUIÇÃO SOCIAL**a) Demonstração do resultado de IRPJ e CSLL**

	2º semestre		Exercício	
	2017	2016	2017	2016
Resultado antes do imposto de renda e contribuição social e após as participações Encargos (imposto de renda e contribuição social) às alíquotas nominais de 25% e 20%, respectivamente.....	165.523	317.241	187.709	
Efeito das exclusões (adições) permanentes / temporárias.....	(74.485)	(142.758)	(84.469)	
Efeito de outra adição / exclusão do semestre / exercício.....	40.242	37.654	22.605	
Destinação para incentivos fiscais.....	(251)	317	(1.124)	
Variação do diferido.....	3.080	3.080	1.955	
Efeito de juros sobre o capital próprio.....	(1.056)	(4.212)	(18.983)	
Imposto de renda e contribuição social devidos sobre diferido.....	38.469	38.469	40.757	
Total	(34.243)	(105.104)	(61.864)	

b) Composição dos créditos tributários de IRPJ e CSLL diferidos

Descrição	2017	2016
Provisão para perdas com créditos (a).....	220.132	235.493
Provisão para perdas com Cédula de Crédito Rural (CCR).....	1.060	1.060
Provisão para contingências.....	5.519	4.714
Provisão para desvalorização de bens não de uso.....	3.077	3.813
COFINS Lei nº 9.718.....	77.593	65.457
Outros.....	(7.319)	(423)
Total do crédito tributário	300.061	310.114
Imposto de renda diferido passivo sobre superveniência de depreciação.....	(4.809)	(6.431)
Subtotal.....	(4.809)	(6.431)
Créditos tributários - líquidos.....	295.252	303.683

(a) O crédito tributário de imposto de renda e contribuição social sobre a provisão para créditos e liquidação duvidosa sobre os contratos de operações de crédito e de arrendamento financeiro é composto, basicamente, por parte da provisão existente de R\$ 220.132 acrescida dos créditos baixados para prejuízo que ainda não atendem aos critérios de dedutibilidade estabelecidos pela Lei nº 9.430/96.

c) Expectativa de realização dos créditos tributários

Considerando as expectativas de resultados futuros, determinados com base em premissas que incorporam, entre outros fatores, a manutenção do nível de operações e o atual cenário econômico, a Administração considera que os créditos tributários registrados em 31 de dezembro de 2017, atendem aos requerimentos dados pela Resolução nº 3.059/02 e Resolução nº 3.355/06 do CMN (Conselho Monetário Nacional) e serão realizados nos seguintes prazos:

Ano	2017	2016
2017.....	-	52.425
2018.....	126.425	117.883
2019.....	43.409	46.602
2020.....	43.409	46.602
2021.....	43.409	46.602
2022.....	43.409	-
Total	300.061	310.114

O valor presente dos créditos tributários sobre as diferenças temporárias, considerando a taxa média de captação, líquido dos efeitos tributários, é de R\$ 255.570 (R\$ 221.654 em 2016).

BANCO CNH INDUSTRIAL CAPITAL S.A.

CNPJ 02.992.446/0001-75

Av. Juscelino Kubitschek de Oliveira, nº 11.825

Curitiba - PR - Brasil

Fone: (0xx41) 2107-7035

Fax: (0xx41) 2107-7540

**NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS REFERENTES AOS EXERCÍCIOS FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2017 E DE 2016 E PARA O SEMESTRE FINDO EM 31 DE DEZEMBRO DE 2017**

(Valores expressos em milhares de reais, exceto se indicado de outra forma)

14. PATRIMÔNIO LÍQUIDO**a) Capital social**

O capital social subscrito e integralizado está representado por 940.451.054 ações ordinárias nominativas, no valor de R\$ 1,00 (um real) cada uma, sendo 934.136.865 ações pertencentes à CNH Industrial N.V. com sede na Holanda, e 6.314.189 ações da CNH Industrial Latin América Ltda. A distribuição de dividendos está sujeita à aprovação da Assembleia Geral de Acionistas, a qual poderá deliberar sobre a retenção total ou parcial dos lucros.

O Banco realizou aumento do capital social, no montante de R\$ 48.868 (emissão de 48.868.000 ações ordinárias nominativas de R\$ 1,00 cada uma), conforme descrito na Ata da Assembleia Geral Extraordinária realizada em 25 de setembro de 2017.

b) Reserva de capital

A reserva de capital é decorrente, substancialmente, de ágio na subscrição de ações, podendo ser utilizada para futuros aumentos de capital social.

c) Reserva de lucros

A reserva de lucros refere-se ao lucro remanescente após a constituição da reserva legal, permanecendo nesta condição até que o Conselho de Administração delibere por sua destinação definitiva, em conformidade com as disposições estatutárias. Em 31 de dezembro de 2017, foi constituída reserva de lucros no montante de R\$ 126.650, com utilização do lucro líquido do exercício. Ademais, houve constituição de reserva legal de 5% sobre o lucro, no montante de R\$ 10.607.

d) Dividendos e juros sobre o capital próprio

Aos acionistas é assegurado um dividendo mínimo correspondente a 25% do lucro líquido do exercício, ajustado na forma da Lei das Sociedades por Ações e do Estatuto Social.

Para a remuneração do capital aos seus acionistas, o Banco adota como prática distribuir dividendos ou pagar juros sobre capital próprio condizente com o resultado apurado no exercício.

Em 25 de setembro de 2017, a Assembleia Geral Extraordinária aprovou o pagamento aos acionistas de juros sobre capital próprio no montante bruto de R\$ 57.492 (R\$ 48.868 líquido do imposto de renda retido na fonte) e em 26 de dezembro de 2017, o montante bruto de R\$ 27.995 (R\$ 23.796 líquido do imposto de renda retido na fonte).

15. OUTRAS DESPESAS ADMINISTRATIVAS

	2º semestre		Exercício	
	2017	2016	2017	2016
Despesas de serviços técnicos especializados (a)	(9.206)	(16.692)	(18.742)	
Despesas de serviços de terceiros (b)	(4.264)	(7.415)	(7.041)	
Despesas de processamento de dados	(1.459)	(2.910)	(4.982)	
Despesas de emolumentos judiciais e cartoriais	(3.875)	(6.867)	(6.959)	
Despesas de viagens e transportes	(1.141)	(2.211)	(2.486)	
Despesas de promoções e publicidade (c)	(15.452)	(24.476)	(24.401)	
Despesa de serviço do sistema financeiro	(2.098)	(3.942)	(3.955)	
Despesas de amortização e depreciação	(3.235)	(6.422)	(6.424)	
Despesas de comunicações	(129)	(226)	(764)	
Despesas de manutenção e conservação de bens	(1.589)	(3.336)	(729)	
Outras despesas administrativas	(4.473)	(7.310)	(6.781)	
Total	(46.921)	(81.807)	(83.264)	

(a) Referem-se substancialmente a serviços de assessores jurídicos, no montante de R\$ 9.683 (R\$ 14.440 em 2016).

(b) Referem-se substancialmente a serviços de cobrança, no montante de R\$ 5.148 (R\$ 4.923 em 2016), utilização de serviços técnicos de contabilidade, impostos, serviços financeiros e serviços de análise de crédito R\$ 2.268 (R\$ 2.118 em 2016) e outros prestadores de serviços.

(c) Referem-se substancialmente a serviços de promoções e relações públicas no montante de R\$ 21.784 (R\$ 21.921 em 2016), e outros prestadores de serviços no montante de R\$ 2.692 (R\$ 2.421 em 2016).

16. OUTRAS RECEITAS OPERACIONAIS

	2º semestre		Exercício	
	2017	2016	2017	2016
Outras rendas operacionais	3.333	7.132	6.946	
Recuperação de encargos e despesas	8.266	13.831	33.082	
Total	11.599	20.963	40.028	

17. OUTRAS DESPESAS OPERACIONAIS

	2º semestre		Exercício	
	2017	2016	2017	2016
Despesas de fianças bancárias (a)	(1.098)	(2.895)	(5.957)	
Despesas com provisão para contingências (b)	(1.315)	(4.215)	(10.350)	
Despesas descontos concedidos em renegociações	(9)	(68)	(18)	
Despesas de vistorias de bens financiados	(477)	(1.194)	(1.311)	
Despesas de comissões	(215)	(406)	(332)	
Outras despesas operacionais	(736)	(1.683)	(8.407)	
Total	(3.850)	(10.461)	(26.375)	

(a) O valor refere-se a despesas com fiança bancária garantidoras das operações com o BNDES.

(b) O valor refere-se a despesas com provisões para contingências cíveis, trabalhistas e fiscais.

18. TRANSAÇÕES COM PARTES RELACIONADAS

As transações com partes relacionadas foram efetuadas em condições pactuadas entre as partes (prazos de vencimento e taxas de remuneração), e os saldos são assim resumidos:

	2º semestre 2017		Exercício 2017		Exercício 2016	
	Ativo (Passivo)	Receita (Despesa)	Ativo (Passivo)	Receita (Despesa)	Ativo (Passivo)	Receita (Despesa)
Depósitos (CDB e LCA)	(5.141)	(2.482)	(5.141)	(4.034)	(787)	(14.660)
Fiat Chrysler Automóveis Brasil Ltda.	(450)	(2)	(450)	(6)	(410)	(9)
Fiat Chrysler Participações Brasil S.A.	-	-	-	-	(323)	(7)
CNH Latin América Ltda.	(176)	(1)	(176)	(3)	(41)	(1)
Iveco Latin América Ltda.	-	(24)	(4.501)	(39)	-	-
CNH Industrial Capital Corretora de Seguros Ltda.	(4.501)	-	-	-	-	(1.725)
Demais empresas	(14)	(2)	(14)	(6)	(13)	-
CNH Industrial NV	-	(2.453)	-	(3.980)	-	(12.918)
Serviços prestados	(193)	1.515	(193)	3.353	(23)	3.431
Fiat Chrysler Finanças Brasil Ltda.	(168)	1.365	(168)	3.071	-	3.128
Fiat Chrysler Participações Brasil S.A.	(25)	150	(25)	282	(23)	303
Outros créditos e obrigações	20.424	5.962	20.424	14.141	17.942	10.126
CNH Industrial NV	-	(2.453)	-	(3.980)	(334)	(7.670)
CNH Latin América Ltda.	20.424	8.415	20.424	18.121	18.276	17.796

19. REMUNERAÇÃO DO PESSOAL-CHAVE DA ADMINISTRAÇÃO

Os benefícios de curto prazo são compostos pela remuneração fixa para cada exercício, bem como pela remuneração variável, provisionada e paga em cada exercício, e totalizaram no semestre R\$ 3.470 (R\$ 2.867 em 2016).

20. PASSIVOS CONTINGENTES E OBRIGAÇÕES FISCAIS

O Banco questiona judicialmente certas contingências fiscais, cíveis e trabalhistas. Com base no atual estágio dos referidos processos, na avaliação da Administração e na opinião de seus assessores jurídicos, foram registradas as provisões em montantes considerados suficientes pela Administração, na rubrica de "Outras obrigações fiscais e previdenciárias - provisões para contingências fiscais" no montante de R\$ 25.275 (R\$ 26.783 em 2016), na rubrica de "Outras obrigações - provisões para contingências cíveis" no montante de R\$ 5.094 (R\$ 7.239 em 2016) e "Outras obrigações - fiscais e previdenciárias - provisão para contingências trabalhistas", no montante de R\$ 12.039 (R\$ 10.251 em 2016).

Provisões para contingências fiscais

O Banco CNH Industrial Capital S.A. vem discutindo judicialmente a legalidade e constitucionalidade de alguns tributos e contribuições, os quais estão totalmente provisionados. As principais ações referem-se a:

- O Banco possui provisionado o montante de R\$ 25.275 decorrentes de ação em que pleiteia restituição da COFINS (Lei nº 9.718/98, artigo 3º). A avaliação dos assessores legais do Banco resultou em uma provável perda.

As ações de natureza fiscal com classificação de perda possível, totalizam R\$ 57.488, sendo o seguinte processo:

Pagamento de juros sobre o capital próprio. A Receita Federal do Brasil emitiu auto de infração sobre a glosa dos juros sobre o capital próprio dos anos-calendários de 2010, 2011 e 2012 lançados no ano calendário de 2013. O Banco apresentou tempestivamente defesa administrativa, a qual está pendente de decisão.

Provisões para contingências trabalhistas

São ações movidas por ex-empregados pleiteando direitos trabalhistas que entendem devidos, em especial ao pagamento de "horas extras" e outros direitos trabalhistas. As ações são controladas individualmente e as provisões no montante de R\$ 12.039 (R\$ 10.251 em 2016) encontram-se registradas na rubrica de "Outras obrigações - diversos - provisão para contingências trabalhistas".

Provisões para contingências cíveis

São ações judiciais movidas de caráter indenizatório e revisionais de crédito. As ações de caráter indenizatório referem-se à indenização por dano moral, referentes a protesto e inserção de informação sobre devedores no cadastro de restrições ao crédito. As ações são controladas individualmente e as provisões no montante de R\$ 5.094 (R\$ 7.239 em 2016) encontram-se registradas na rubrica de "Outras obrigações - diversos - provisão para contingências cíveis".

Movimentação das provisões	Fiscais	Trabalhistas	Cíveis	Total
Saldo final em 31/12/2016	26.783	10.251	7.238	44.273
Constituição / Reversão	(1.502)	3.131	(1.839)	(210)
Atualização monetária	(6)	-	-	(6)
Baixas por pagamento	-	(1.343)	(305)	(1.648)
Saldo final em 31/12/2017	25.275	12.039	5.094	42.408

21. INSTRUMENTOS FINANCEIROS E GERENCIAMENTO DE RISCOS

Os principais riscos relacionados aos negócios são risco de crédito, de mercado, de liquidez e risco operacional, abaixo definidos:

(a) **Risco de crédito:** possibilidade de ocorrência de perdas para o Banco, associadas ao não cumprimento pela contraparte de empréstimo ou operação financeira, de suas obrigações nos termos pactuados.

(b) **Risco de mercado:** relacionado às flutuações de preços e taxas, ou seja, às oscilações de mercados de taxas de juros dentro do país, que geram reflexos nos preços dos ativos e passivos negociados nos mercados.

(c) **Risco de liquidez:** relacionado ao descasamento de fluxos financeiros de ativos e passivos, com reflexos sobre a capacidade financeira do Banco, em obter recursos para honrar seus compromissos.

Visando à eliminação de parte do risco de oscilações de taxas de juros ocasionadas, em virtude de um cenário macroeconômico instável, evitando assumir posições expostas a flutuações nas taxas de captação pós-fixadas e operando com aplicações (operações de crédito) com taxas prefixadas, o Banco realizou operações de swaps que permitem o controle e/ou manutenção dos *spreads* esperados nas referidas operações.

Os contratos de swaps, firmados com outras instituições financeiras, estão registrados na CETIP S.A. - Mercados Organizados.

a) Instrumentos financeiros derivativos (swap)

	2017			
	Valor referencial (contas de compensação)	Valor líquido a receber (a pagar)	Valor de mercado	Ajuste ao valor de mercado
Contratos de swaps				
Ativos DI x Passivos Pré (*)	209.194	(2.168)	(4.991)	(2.823)
Total	209.194	(2.168)	(4.991)	(2.823)

	2016			
	Valor referencial (contas de compensação)	Valor líquido a receber (a pagar)	Valor de mercado	Ajuste ao valor de mercado
Contratos de swaps				
Ativos DI x Passivos Pré (*)	339.834	(7)	(3.229)	(3.222)
Total	339.834	(7)	(3.229)	(3.222)

(*) Instrumento financeiro classificado como *hedge* de fluxo de caixa, tendo a variação da marcação de mercado contabilizada diretamente no patrimônio líquido.

O valor líquido estimado dos ganhos e das perdas registrados na conta da "Reserva do valor justo dos instrumentos financeiros derivativos" no patrimônio líquido, bem como o reflexo financeiro das principais transações e compromissos futuros objeto de *hedge* possuem as seguintes faixas de vencimento:

	Até 1 ano	De 1 a 3 anos	Acima de 3 anos	Total
Reserva do valor justo dos instrumentos financeiros:				
31/12/2017	(4.879)	(112)	-	(4.991)
31/12/2016	(2.429)	(800)	-	(3.229)

O Banco tem como política a utilização de instrumentos financeiros derivativos, única e exclusivamente, com o intuito de *hedge*.

O Banco, seguindo as práticas de mercado, capta recursos a taxas pré e pós-fixadas e as aplica, em parte, a taxas prefixadas. Com o objetivo de mitigar as variações nos fluxos de caixa futuro associados ao passivo pós-fixado devido às mudanças nas taxas de juros, o Banco contratou operações de "swap" de taxas de juros em que é pago o valor nominal corrigido por uma taxa de juros fixa e recebe o valor nominal corrigido por uma taxa de juros variável mitigando, assim, risco de taxa de juros do item objeto de *hedge*.

Dessa forma, os instrumentos financeiros derivativos relativos às operações de "swap" visam realizar o "matching" da carteira, imunizando o caixa e o resultado econômico contra variações inesperadas no custo das captações pós-fixadas.

A efetividade do item objeto de *hedge* em relação ao instrumento financeiro derivativo é testada prospectivamente e retrospectivamente, sendo que a parcela não efetiva, quando aplicável é apropriada diretamente ao resultado.

Os controles de risco e exposição utilizam como instrumento a análise de "duration gap's" e "interest rate" e o VAR ("value at risk"). Quando o *gap* ultrapassa os limites definidos na Política de Gestão de Risco de Taxas de Juros adotada pelas empresas do Grupo Fiat Industrial, novas operações de derivativos são contratadas e/ou revertidas. O acompanhamento sobre os indexadores e seus volumes é realizado diariamente, visando enquadramento na política de risco de mercado adotada pelo Banco.

Os instrumentos derivativos financeiros são marcados a mercado diariamente e por ocasião do fechamento dos balancetes mensais, sempre com observância à sua efetividade. O ajuste do valor justo destes instrumentos é registrado contra o patrimônio líquido, líquido dos efeitos tributários, em razão de sua classificação como *hedge* de fluxo de caixa.

b) Movimentações da reserva do valor justo dos instrumentos financeiros derivativos e dos títulos e valores mobiliários

A seguir, são apresentadas as movimentações da reserva do valor justo dos instrumentos financeiros derivativos e dos títulos e valores mobiliários constituídos no patrimônio líquido:

	2017	2016
Saldo da reserva do valor justo no final do exercício	(2.823)	(3.222)
Efeitos de imposto de renda e contribuição social	1.270	1.449
Ajuste de avaliação patrimonial	(1.553)	(1.773)

As perdas lançadas no resultado decorrem da liquidação das operações de instrumentos financeiros, e não pela ausência de efetividade do instrumento de *hedge* no intervalo estabelecido na política de proteção do Banco.

c) Resumo das operações de swap em aberto na data de 31 de dezembro de 2017

Descrição	Valor referencial	Valor justo
Posição ativa - hedge de fluxo de caixa		
Taxa 100,00% CDI	135.000	142.330
Taxa 102,00% CDI	66.000	76.137
Taxa 108,00% CDI	3.500	4.632
Taxa 110,00% CDI	4.151	6.700
Taxa 115,00% CDI	543	933
Total	209.194	230.732
Posição passiva - hedge de fluxo de caixa		
Taxa pré	209.194	235.723
Total	209.194	235.723
Diferencial - hedge de fluxo de caixa		4.991
Valor de mercado líquido		4.991

22. LIMITES OPERACIONAIS

O CMN (Conselho Monetário Nacional), através da Resolução nº 3.490/07, instituiu a forma de apuração do Patrimônio de Referência Exigido (PRE), com efeito, a partir de 1º de julho de 2008. O índice da Basileia para 31 de dezembro de 2017 é 17,34% (16,25% em 2016).

BANCO CNH INDUSTRIAL CAPITAL S.A.

CNPJ 02.992.446/0001-75

Av. Juscelino Kubitschek de Oliveira, nº 11.825
Curitiba - PR - Brasil
Fone: (0xx41) 2107-7035
Fax: (0xx41) 2107-7540

**DIRETORIA**

CARLO ALBERTO SISTO
Presidente

HEBERSON GOES
Diretor

JUCIVALDO FEITOSA
Diretor

MARCIO CONTRERAS
Diretor

JOCELI LUCAS
Diretor

CONSELHO DE ADMINISTRAÇÃO

ODDONE INCISA
Presidente

VILMAR FISTAROL
Conselheiro

CARLO ALBERTO SISTO
Conselheiro

MARIANO PIZZORNO
Conselheiro

BIANCA BELOTTI
Conselheira

COMITÊ DE AUDITORIA

HEBERSON GOES
Presidente

JUCIVALDO FEITOSA
Membro

ANDERSON LODOVICO
CRC PR 045.454/O-6 - CPF 004.082.939-18

CHEFE DE CONTABILIDADE**RELATÓRIO DO COMITÊ DE AUDITORIA****Introdução**

O Comitê de Auditoria do Banco CNH Industrial Capital S.A., composto pelos membros nomeados pelo Conselho de Administração, é o órgão estatutário responsável por (i) zelar pela qualidade e integridade das demonstrações financeiras; (ii) pelo cumprimento das exigências legais e regulamentares; (iii) pela atuação, independência e qualidade do trabalho das empresas de auditoria independente; (iv) pela atuação, independência e qualidade do trabalho da Auditoria Interna; e (v) pela qualidade e efetividade dos sistemas de controles internos e de administração de riscos.

Para o cumprimento de suas atribuições, as avaliações e recomendações do Comitê baseiam-se em informações recebidas das principais áreas do Banco, da auditoria interna e auditoria independente.

A área contábil do Banco CNH Industrial Capital S.A. é responsável pela elaboração das demonstrações financeiras e pelos critérios e procedimentos utilizados nos processos geradores das informações e, portanto, é a garantidora de sua qualidade.

O componente organizacional da auditoria interna é responsável por identificar e avaliar os principais riscos a que está exposto o Banco CNH Industrial Capital S.A. em suas operações, bem como analisar os controles utilizados na mitigação desses riscos. É de sua competência, também, verificar o cumprimento das normas legais e regulamentares que regem as operações auditadas.

A área de Controles Internos garante adequado ambiente de Controles Internos na organização e as de Compliance e BNDES e Produtos acompanham a publicação de normas para avaliar possíveis desdobramentos para a Instituição.

O Componente de Ouvidoria atua de forma a assegurar a estrita observância das normas legais e regulamentares relativas aos direitos do consumidor e como canal de comunicação entre a instituição e os clientes e usuários de seus produtos e serviços, inclusive na mediação de conflitos.

A Ernst & Young Auditores Independentes é a empresa responsável pela auditoria das demonstrações financeiras e deve assegurar que elas representem adequadamente, em todos os aspectos relevantes, a posição patrimonial e financeira do Banco CNH Industrial Capital S.A., e que foram elaboradas de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil aplicáveis às instituições autorizadas a funcionar pelo Banco Central do Brasil.

Principais Atividades

Neste semestre foram realizadas reuniões obedecendo a um cronograma previamente estabelecido com a participação de representantes das áreas financeira / contábil, gestão de riscos, controles internos e compliance, auditorias interna e independente. Os assuntos tratados nas reuniões foram registrados em atas, e fazem parte deste relatório em sua versão completa.

Nessas reuniões foram abordados, em especial, assuntos relacionados aos sistemas de controles internos, aspectos contábeis, provisões, contingências, processos de gestão de riscos e de capital, além de recomendações emitidas pelas auditorias interna e independente. Nas situações em que identificou necessidade de melhoria, recomendou aprimoramentos.

Manteve diálogo com as equipes de auditorias interna e independente, oportunidades em que verificou o cumprimento dos seus planejamentos, conheceu o resultado dos principais trabalhos e examinou suas conclusões e recomendações.

O Comitê de Auditoria revisou os Relatórios da Administração, Demonstrações Contábeis e Notas Explicativas e discutiu com a Auditoria Independente os resultados de seus trabalhos.

Conclusão

Assim, com base nas informações recebidas e tendo presente as atribuições e limitações inerentes ao escopo de sua atuação, o Comitê de Auditoria concluiu:

Os sistemas de controles internos são adequados ao porte e à complexidade dos negócios do Banco CNH Industrial Capital S.A. e objeto de permanente atenção por parte da administração;

A Auditoria Interna é efetiva, independente e responde adequadamente às demandas do Comitê de Auditoria;

A Auditoria Independente é efetiva e não foram identificadas ocorrências que pudessem comprometer sua independência;

As demonstrações contábeis de 31/12/2017 do Banco CNH Industrial Capital S.A. foram elaboradas em conformidade com as normas legais e com as práticas contábeis adotadas no Brasil aplicáveis às instituições autorizadas a funcionar pelo Banco Central do Brasil, e refletem, em todos os aspectos relevantes, a situação patrimonial e financeira naquela data. Por estas razões o comitê recomenda ao Conselho de Administração a aprovação das demonstrações financeiras.

Curitiba, 27 de fevereiro de 2018.

Comitê de Auditoria

RELATÓRIO DO AUDITOR INDEPENDENTE SOBRE AS DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEISAos Administradores e Acionistas do **Banco CNH Industrial Capital S.A.** - Curitiba - Paraná**Opinião com ressalva**

Examinamos as demonstrações contábeis do Banco CNH Industrial Capital S.A. ("Banco"), que compreendem o balanço patrimonial em 31 de dezembro de 2017 e as respectivas demonstrações do resultado, das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, bem como as correspondentes notas explicativas, incluindo o resumo das principais políticas contábeis.

Em nossa opinião, exceto quanto a não reclassificação referida no parágrafo "Base para opinião com ressalva", as demonstrações contábeis acima referidas apresentam adequadamente, em todos os aspectos relevantes, a posição patrimonial e financeira do Banco CNH Industrial Capital S.A. em 31 de dezembro de 2017, o desempenho de suas operações e os seus fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil, aplicáveis às instituições autorizadas a funcionar pelo Banco Central do Brasil.

Base para opinião com ressalva

O Banco registra as suas operações de arrendamento mercantil e elabora as suas demonstrações financeiras com observância das diretrizes contábeis estabelecidas pelo Banco Central do Brasil, que requerem o ajuste ao valor presente da carteira de arrendamento mercantil como provisão para superveniência ou insuficiência de depreciação, classificada no ativo permanente (Nota Explicativa nº 8). Essas diretrizes não requerem a reclassificação das operações, que permanecem registradas de acordo com a disposição da Lei nº. 6.099/74, para as rubricas do ativo circulante e realizável a longo prazo, mas resultam na adequada apresentação do resultado e do patrimônio líquido, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil.

Outros assuntos**Demonstração do valor adicionado**

A demonstração do valor adicionado (DVA) referente ao exercício findo em 31 de dezembro de 2017, elaborada sob responsabilidade da Administração do Banco, cuja apresentação nas demonstrações contábeis está sendo apresentada de forma voluntária pelo Banco, uma vez que não é requerida pelas práticas contábeis adotadas no Brasil aplicáveis às instituições autorizadas a funcionar pelo Banco Central do Brasil - BACEN, foi submetida a procedimentos de auditoria executados em conjunto com a auditoria das demonstrações contábeis do Banco. Para a formação de nossa opinião, avaliamos se essa demonstração está conciliada com as demonstrações contábeis e registros contábeis, conforme aplicável, e se a sua forma e conteúdo estão de acordo com os critérios definidos no pronunciamento técnico CPC 09 - Demonstração do Valor Adicionado. Em nossa opinião, essa demonstração do valor adicionado foi adequadamente elaborada, em todos os aspectos relevantes, segundo os critérios definidos nesse pronunciamento técnico e são consistentes em relação às demonstrações financeiras tomadas em conjunto.

Outras informações que acompanham as demonstrações contábeis e o relatório do auditor

A Administração do Banco é responsável por essas outras informações que compreendem o Relatório da Administração.

Nossa opinião sobre as demonstrações contábeis não abrange o Relatório da Administração e não expressamos qualquer forma de conclusão de auditoria sobre esse relatório.

Em conexão com a auditoria das demonstrações contábeis, nossa responsabilidade é a de ler o Relatório da Administração e, ao fazê-lo, considerar se esse relatório está, de forma relevante, inconsistente com as demonstrações contábeis ou com nosso conhecimento obtido na auditoria ou, de outra forma, aparenta estar distorcido de forma relevante. Se, com base no trabalho realizado, concluirmos que há distorção relevante no Relatório da Administração, somos requeridos a comunicar esse fato. Não temos nada a relatar a este respeito.

Responsabilidades da Administração e da governança pelas demonstrações contábeis

A Administração é responsável pela elaboração e adequada apresentação das demonstrações contábeis de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil, aplicáveis às instituições autorizadas a funcionar pelo Banco Central do Brasil e pelos controles internos que ela determinou como necessários para permitir a elaboração de demonstrações contábeis livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro.

Na elaboração das demonstrações contábeis, a administração é responsável pela avaliação da capacidade de o Banco continuar operando, divulgando, quando aplicável, os assuntos relacionados com a sua continuidade operacional e o uso dessa base contábil na elaboração das demonstrações contábeis, a não ser que a administração pretenda liquidar o Banco ou cessar suas operações, ou não tenha nenhuma alternativa realista para evitar o encerramento das operações.

Os responsáveis pela governança do Banco são aqueles com responsabilidade pela supervisão do processo de elaboração das demonstrações contábeis.

Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações contábeis

Nossos objetivos são obter segurança razoável de que as demonstrações contábeis, tomadas em conjunto, estão livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro, e emitir relatório de auditoria contendo nossa opinião. Segurança razoável é um alto nível de segurança, mas não uma garantia de que a auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria sempre detectam as eventuais distorções relevantes existentes. As distorções podem ser decorrentes de fraude ou erro e são consideradas relevantes quando, individualmente ou em conjunto, possam influenciar, dentro de uma perspectiva razoável, as decisões econômicas dos usuários tomadas com base nas referidas demonstrações contábeis.

Como parte da auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria, exercemos julgamento profissional e mantemos ceticismo profissional ao longo da auditoria. Além disso:

- Identificamos e avaliamos os riscos de distorção relevante nas demonstrações contábeis, independentemente se causada por fraude ou erro, planejamos e executamos procedimentos de auditoria em resposta a tais riscos, bem como obtemos evidência de auditoria apropriada e suficiente para fundamentar nossa opinião. O risco de não detecção de distorção relevante resultante de fraude é maior do que o proveniente de erro, já que a fraude pode envolver o ato de burlar os controles internos, conluio, falsificação, omissão ou representações falsas intencionais.
- Obtemos entendimento dos controles internos relevantes para a auditoria para planejarmos procedimentos de auditoria apropriados às circunstâncias, mas, não, com o objetivo de expressarmos opinião sobre a eficácia dos controles internos do Banco.
- Avaliamos a adequação das políticas contábeis utilizadas e a razoabilidade das estimativas contábeis e respectivas divulgações feitas pela Administração.
- Concluimos sobre a adequação do uso, pela administração, da base contábil de continuidade operacional e, com base nas evidências de auditoria obtidas, se existe incerteza relevante em relação a eventos ou condições que possam levantar dúvida significativa em relação à capacidade de continuidade operacional do Banco. Se concluirmos que existe incerteza relevante, devemos chamar atenção em nosso relatório de auditoria para as respectivas divulgações nas demonstrações contábeis ou incluir modificação em nossa opinião, se as divulgações forem inadequadas. Nossas conclusões estão fundamentadas nas evidências de auditoria obtidas até a data de nosso relatório. Todavia, eventos ou condições futuras podem levar o Banco a não mais se manter em continuidade operacional.
- Avaliamos a apresentação geral, a estrutura e o conteúdo das demonstrações contábeis, inclusive as divulgações e se as demonstrações contábeis representam as correspondentes transações e os eventos de maneira compatível com o objetivo de apresentação adequada. Comunicamo-nos com os responsáveis pela governança a respeito, entre outros aspectos, do alcance planejado, da época da auditoria e das constatações significativas de auditoria, inclusive as eventuais deficiências significativas nos controles internos que identificamos durante nossos trabalhos.



Building a better
working world
ERNST & YOUNG
Auditores Independentes S.S.
CRC-2SP015199/F-6

São Paulo (SP), 02 de março de 2018.

Eduardo Wellichen
Contador CRC-1SP184050/O-6